



2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES - CTC

EMENTA TAQUIGRÁFICA

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO		
EVENTO: audiência pública	DATA: 13/04/2016 HORA: 9h	LOCAL: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright
SUMÁRIO: demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) do 5º e 6º bimestres de 2014, do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2014, bem como a Execução Orçamentária e a Gestão Fiscal de todo o ano de 2015, nos termos do artigo 9º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 101/ 2000		
PRESIDENTE: Deputado Estadual Marcos Vieira		
PARTICIPANTES DA MESA: Deputado Estadual Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação; Deputado Estadual Darci de Matos, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação; Deputado Estadual Dirceu Dresch, membro da Comissão de Finanças e Tributação; Deputado Estadual José Milton Scheffer, membro da Comissão de Finanças e Tributação; Deputado Estadual Rodrigo Minotto, membro da Comissão de Finanças e Tributação; Deputado Estadual Gean Loureiro, membro da Comissão de Finanças e Tributação; Deputado Estadual Antonio Aguiar, membro da Comissão de Finanças e Tributação; Deputado Estadual Gabriel Ribeiro, membro da Comissão de Finanças e Tributação; Antônio Marcos Gavazzoni, Secretário de Estado da Fazenda (SC); Graziela Luiza Meinheim, Diretora de Contabilidade Geral (DCOG), da Secretaria de Estado da Fazenda (SC)		
MANIFESTAÇÕES: Deputado Estadual Marcos Vieira; Deputado Estadual Darci de Matos; Deputado Estadual Dirceu Dresch; Deputado Estadual José Milton Scheffer; Deputado Estadual Rodrigo Minotto; Deputado Estadual Gean Loureiro; Deputado Estadual Antonio Aguiar; Deputado Estadual Gabriel Ribeiro; Antônio Marcos Gavazzoni; Graziela Luiza Meinheim.		



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA FINS DE DEMONSTRAR E AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DOS RELATÓRIOS RESUMIDOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO 5º E 6º BIMESTRES DE 2014, DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO 3º QUADRIMESTRE DE 2014, BEM COMO A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E A GESTÃO FISCAL DE TODO O ANO DE 2015, NOS TERMOS DO ARTIGO 9º, PARÁGRAFO 4º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/ 2000, REALIZADA NO DIA 13 DE ABRIL, ÀS 9H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES Nº 1, NO PALÁCIO BARRIGA-VERDE

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Bom-dia a todos.

Quero cumprimentar o senhor Antônio Marcos Gavazzoni, Secretário de Estado da Fazenda (SC), que está acompanhado da senhora Graziela Luiza Meinheim, Diretora de Contabilidade Geral (DCOG), da Secretaria de Estado da Fazenda (SC). Cumprimento também o Deputado Estadual Darci de Matos, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação; o Deputado Estadual Dirceu Dresch, o Deputado Estadual José Milton Scheffer, o Deputado Estadual Rodrigo Minotto, o Deputado Estadual Gean Loureiro, o Deputado Estadual Antonio Aguiar e o Deputado Estadual Gabriel Ribeiro, membros da Comissão de Finanças e Tributação.

A Comissão solicitou a presença da Secretaria de Estado da Fazenda nesta audiência pública, para fins de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) do 5º e 6º bimestres de 2014, do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2014, bem como a Execução Orçamentária e a Gestão Fiscal de todo o ano de 2015, nos termos do artigo 9º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 101/ 2000, conforme ofício nº 020/ CFT/ 2016, enviado à Secretaria de Estado no dia 1º de abril de 2016.

Para tanto, com a palavra o senhor Antônio Marcos Gavazzoni, Secretário de Estado da Fazenda (SC), por aproximadamente 45 minutos.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC) – Bom-dia, Deputado Marcos Vieira, agradeço o convite que nos foi feito, em cumprimento a uma obrigação legal. Faremos hoje a apresentação das finanças de Santa Catarina.

Quero cumprimentar cada um dos Deputados que compõe esta Comissão, cada uma das pessoas que nos acompanham neste momento, seja aqui na sala de reuniões ou pela TVAL.

Presidente, nós vamos fazer como sempre fizemos. Eu convido para fazer o uso da palavra a nossa Diretora de Contabilidade Geral de Santa Catarina, a Graziela Meinheim, ela, em homenagem a toda a sua qualificadíssima equipe de contadores do Estado de Santa Catarina, falará em nome de todos eles. Nós temos hoje um quadro técnico bastante qualificado que nos ajuda a sermos hoje um Estado bastante diferenciado dos demais Estados do Brasil, com relação à equilíbrio fiscal, à gestão fiscal, à gestão das finanças públicas. Na sequência, a palavra volta a minha pessoa para eu fazer as complementações e responder as perguntas dos senhores Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, a dinâmica será esta, sugerida pelo eminente Secretário Gavazzoni: a senhora Graziela fará a exposição, os senhores Deputados anotarão quaisquer eventuais dúvidas, e ao final o Secretário as responderá.

Com a palavra a senhora Graziela Luiza Meinheim, Diretora de Contabilidade Geral (DCOG), da Secretaria de Estado da Fazenda (SC).

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – Bom-dia, Deputado Marcos Vieira. Em seu nome, eu cumprimento os Deputados que aqui se encontram e os demais presentes.

Vamos fazer uma breve exposição do resultado alcançado em 2015.

(Utiliza imagens em PowerPoint para ilustrar a sua apresentação.)

Em 2015, a receita total arrecadada pelo Estado, além da arrecadação tributária, é de R\$ 30 bilhões. Desse total arrecadado, uma parte é entregue aos Municípios, que é a participação constitucional sobre os impostos arrecadados pelo Estado, outra parte é repassada ao Fundeb, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e uma terceira parte é restituída aos contribuintes, conforme os processos de pedido de restituição que entram na Secretaria da Fazenda.

Todo esse repasse que o Estado faz para os Municípios, para o Fundeb e para os contribuintes, é o que a gente chama de deduções da receita. Deduzindo esses valores, a gente tem uma receita líquida disponível para o Estado de R\$ 22,740 bilhões. É sobre esse montante que são executadas as despesas do Estado.

Esta *(mostra a imagem)* é uma exposição do que foi repassado aos Municípios, em virtude dos repasses constitucionais. O maior montante de deduções da receita são efetivamente as transferências aos Municípios.

A composição da receita do Estado, aqueles R\$ 30 bilhões, a maior parte é referente à arrecadação tributária. O total arrecadado em 2015 foi de R\$ 19 bilhões. O que a gente destaca aqui são as receitas de contribuições, aquelas receitas que vão para o regime de previdência. Além disso, as operações de crédito, os empréstimos que o Estado captou no ano, foi cerca de R\$ 1 bilhão.

Detalhando a receita líquida, por exemplo, no caso da receita tributária a gente tinha uma receita bruta de R\$ 19 bilhões, mas o que efetivamente fica para o Estado são R\$ 12 bilhões. Só para vocês terem uma noção do quanto a gente tem disponível para ser aplicado.

Aqui *(mostra a imagem)* é uma evolução, comparando o resultado apurado em 2014 e 2015; a principal receita é de ICMS, R\$ 15 bilhões; e o crescimento de 2015 comparado com o crescimento de 2014 foi de 2% dessa receita. Quanto à inflação, o IPCA foi de 10.67%.

Aqui *(mostra a imagem)* uma exposição dos repasses que a gente recebe da União, a cota parte FPE é o maior volume, chegou a R\$ 977 milhões em 2015. O total repassado da União para a gente teve um crescimento de 4,5% em relação a 2014.

Aqui *(mostra a imagem)* uma exposição sobre o resultado orçamentário do exercício. Do total que o Estado arrecadou e que ficou disponível nos cofres do Tesouro, é uma visão consolidada, então inclui Poderes, a receita líquida foi de R\$ 22 bilhões e o total das despesas executadas foi de R\$ 22,98 bilhões.

O resultado da execução orçamentária, é importante a gente fazer uma observação, compara o total arrecadado no exercício com o total da despesa executada. Contudo, dentro da despesa executada a gente tem uma parcela de recursos de sobras de caixas de exercícios anteriores que financia uma parte das despesas do orçamento, que



são os chamados créditos adicionais. Então, essa comparação tem que ser sempre considerada adicionando esses recursos que foram abertos de créditos adicionais.

Comparando também o crescimento das receitas do ano passado e das despesas, temos que as receitas líquidas cresceram 5%, enquanto as despesas totais cresceram 8%. Detalhando por maiores grupos de despesa, a folha de pessoal cresceu 9%, o custeio 8%, os investimentos tiveram uma pequena queda de 14%, a amortização e o juros da dívida tiveram crescimento, a amortização de 48% e os juros 18%, enquanto a inflação no período foi de 10%.

Aqui (*mostra a imagem*) a análise que eu tinha comentado, adicionando os recursos de superávit de índices anteriores às receitas. Esta é a fotografia da quantidade dos recursos disponíveis para o Estado utilizar no financiamento das despesas públicas. Então, se fosse feita essa comparação em vez de um déficit que foi apurado aqui de 238 milhões, a gente teria um superávit de 1,35 bilhão.

Aqui (*mostra a imagem*), já foi apresentado no *slide* anterior, são as despesas dos maiores grupos.

As despesas por função é outra análise que a gente consegue verificar o quanto foi disponibilizado para cada área de atuação do governo. Então, a maior alocação de recursos é na previdência social, no pagamento dos inativos e de pensionistas, que chegou a quase R\$ 5 bilhões.

A educação, considerando só os recursos disponibilizados para a Secretaria da Educação e todas as suas áreas de atuação, montou em R\$ 3 bilhões, e não são considerados os inativos nessa conta porque os inativos são alocados na função previdência, e assim nas demais áreas. Então na saúde R\$ 2,820 bilhões; segurança pública R\$ 2,370 bilhões; e assim por diante.

Aqui (*mostra a imagem*) o gasto com pessoal conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal. No mês de dezembro de 2015, o total de despesa com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida do Estado foi de 48,35%, no caso do Poder Executivo, enquanto o limite legal máximo é de 49%. Se for observar, nos últimos dois quadrimestres do ano passado, a gente estava bem próximo do limite e no final do ano teve uma pequena queda.

Aqui (*mostra a imagem*) a representação da aplicação do mínimo constitucional em educação. Esse mínimo constitucional é verificado conforme a Receita Líquida de Impostos. É um conceito diferente do gasto com pessoal em cima da Receita Corrente Líquida. Compara o total arrecadado pelo Estado mais o que a gente recebe de transferência da União e o quanto foi aplicado em educação. Então, em 2015, a gente teve uma aplicação de 27,57% da Receita Líquida de Impostos, enquanto o mínimo que a gente teria que aplicar seria de 25%.

Aqui (*mostra a imagem*) é uma fotografia do quanto foi investido em educação nos últimos cinco anos. Nem todo esse valor aqui é considerado para fins de aplicação do mínimo constitucional. Como a gente compara em relação à Receita Líquida de Impostos, as despesas que são consideradas só podem ser financiadas com esses recursos. Por exemplo, no total da despesa com educação, R\$ 3 bilhões, envolve outros recursos, como convênios, que são aplicados com educação. Além disso, é importante destacar o quanto é pago de inativo na educação. Comparado, os ativos são 2,270 bilhões e inativos são 1,588 bilhão. Esse valor não é todo ele considerado dentro do cumprimento do mínimo constitucional.

A perda do Fundeb, a gente tem um valor que é repassado para a formação do fundo, e conforme o número de alunos matriculados na rede estadual de ensino, a gente tem um retorno do Fundeb. A diferença entre o que a gente repassa para o Fundo, que é constituído com recursos do Estado e dos Municípios catarinenses e o que volta para a



gente para ser aplicado na rede estadual, se for negativa, é considerada perda. No caso do Estado de Santa Catarina, como a gente tem um número menor de alunos na rede estadual em relação à rede municipal, a gente tem uma perda. Mas efetivamente o dinheiro fica dentro do Estado e é aplicado pelas Prefeituras. E esse valor que é considerado perda do Fundeb, conforme a legislação em vigor, também é considerado como aplicação em educação para fins do cumprimento do mínimo constitucional. Então, se a gente for avaliar todos os recursos que foram alocados para a educação, a gente chega a quase seis bilhões de recursos disponibilizados.

Aqui (*mostra a imagem*) a mesma informação só que de forma gráfica diferente.

Aqui (*mostra a imagem*) o valor do quanto foi repassado para a formação do Fundeb. Em 2015, foram R\$ 2,855 bilhões e o que retornou para a gente foi R\$ 1,963 bilhão. Então, gerou uma perda de R\$ 891 milhões.

Em relação à aplicação do mínimo constitucional em saúde, a base de aplicação é a mesma da educação, que é a Receita Líquida de Impostos, e considerando as despesas executadas com esses recursos de impostos, que somaram R\$ 2,042 bilhões no ano passado, teve um percentual de 12.86%, enquanto o mínimo a aplicar seria 12%.

Aqui (*mostra a imagem*) só para trazer para a discussão, a aplicação em segurança pública no ano passado foi de R\$ 2,368 bilhões; a folha de pessoal é o maior volume de recursos alocados, somaram R\$ 1,783 bilhão; custeio R\$ 513 milhões; e investimentos R\$ 72 milhões.

Em justiça e cidadania, que é o sistema prisional, foram alocados R\$ 710 milhões, sendo que a folha de pessoal própria é de R\$ 255 milhões, o custeio da justiça e cidadania é um pouco maior porque tem a cogestão, R\$ 347 milhões, e investimentos R\$ 107 milhões.

Pagamento da dívida, no ano passado foi de R\$ 1,792 bilhão, sendo que R\$ 957 milhões foram juros e R\$ 835 milhões foram amortização. Teve um crescimento de 30% em relação ao ano anterior.

Comparando o saldo da dívida, que é o que a gente chama de dívida consolidada líquida, menos o que a gente tem de disponibilidade financeira para pagar essa dívida, a gente tem um montante de R\$ 10,295 bilhões. Comparando com a Receita Corrente Líquida, que a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece como parâmetro, a gente tem um percentual de 53% de dívida em relação à Receita Corrente Líquida, enquanto o limite legal é de 200% da Receita Corrente Líquida.

O nosso Estado tem o menor endividamento do País.

Resultado nominal é o quanto se prevê de crescimento ou redução do estoque da dívida. Foi previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias uma meta de resultado nominal positiva, ou seja, de crescimento da dívida de R\$ 5,466 bilhões. Contudo, o resultado alcançado em 2015 foi de R\$ 2,018 bilhões. Em relação à meta, foi menos 63%, ou seja, o estoque da dívida cresceu menos do que era previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O Resultado primário é a diferença entre as receitas primárias e as não primárias. Então, foi estabelecida uma meta de R\$ 826 milhões e o resultado alcançado foi um déficit de 330 milhões.

O que isso significa? Ao estabelecer a meta de resultado primário na Lei de Diretrizes Orçamentárias não são considerados os recursos de superávit financeiro, que financiam despesas, nem as operações de crédito, que são utilizadas para investimento, porque os recursos de superávit não são receitas e no caso das operações de crédito não são receitas primárias. [*Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz*]

Então, como a gente está na aplicação do Pacto por Santa Catarina, a maior parte dos investimentos realizados pelo Estado são com recursos de empréstimo. Quando a



gente executa despesa ou faz investimento com recursos de empréstimos, gera um déficit primário. Então, a explicação para esse déficit alcançado é essa: foram utilizados recursos de superávit e recursos de operações de crédito para investimentos.

Restos a pagar são as despesas que a gente não conseguiu executar completamente durante o ano. Existe uma regra no governo do Estado segundo a qual no final do exercício todos os restos têm que ser pagos ou cancelados e executados em outro orçamento. Então, só para demonstrar que no final do ano passado todos os restos que foram inscritos em 2014 foram efetivamente pagos ou cancelados.

Aqui é uma regra (*aponta para a imagem*) que está na Lei de Responsabilidade Fiscal que demonstra os recursos que são provenientes da alienação de ativos, ou seja, da venda de patrimônio público. Eles têm que ser aplicados em despesa de capital, ou seja, a gente não pode se desfazer de patrimônio público e aplicar em despesa corrente. Então essa é a explicação dessa apresentação. Se for analisar o total da receita de alienação de ativos e o total da despesa de capital, a despesa de capital está um pouquinho maior em 2015 porque foram utilizadas sobras de recursos de alienação de ativos de anos anteriores nessas despesas nesse ano.

Aqui é uma avaliação da Constituição Federal do total das operações de crédito, ou seja, dos empréstimos contraídos, e não o quanto foi aplicado, mas em relação ao total da despesa de capital, para evitar que o ente contraia empréstimos e aplique em despesa corrente.

Aqui é uma avaliação do total das receitas de operações de crédito, dos empréstimos, avaliados conforme a Receita Corrente Líquida e de acordo com o que prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal. É importante a gente destacar aqui também que nem todas as operações de crédito – e aqui a gente lista todas elas – que foram contraídas no ano passado são consideradas para fins de LRF. Financiamentos do PMAE ou do Profisco, por exemplo, que são para investimento na modernização das Secretarias, não é considerado para fins de LRF. Então o percentual alcançado foi de 5,59% no ano passado, enquanto o limite legal seria de 16%.

Garantias e contragarantias recebidas: o limite é de 22% da Receita Corrente Líquida e o percentual alcançado pelo Estado foi de 3,64%.

Avaliação da disponibilidade de caixa consolidado do Estado, que inclui todos os Poderes. Em 2015, comparando os recursos disponíveis em caixa menos todas as obrigações financeiras e os restos a pagar, ainda assim a gente ficou com uma disponibilidade líquida de R\$ 3.314 milhões. Comparando só o Poder Executivo, também teve uma disponibilidade líquida de R\$ 2.651 milhões.

Uma última análise são os investimentos realizados pelo governo do Estado em 2015, comparados desde 2011: a gente teve R\$ 1,94 bilhão no ano passado, e aqui a gente mostra algumas das obras que foram realizadas pelo governo em 2015 (*mostra fotos das obras*): o acesso a Chapecó; o elevado de Canasvieiras; a revitalização da SC-57. Vou passando aqui e vou retornar a palavra para o Secretário, para que ele possa fazer as exposições.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC) – Obrigado, Graziela. A Graziela, como no início falei aos Deputados, representa uma equipe técnica altamente qualificada que ajuda Santa Catarina a ter uma demonstração dos seus resultados de forma muito profissional.

Eu faço a entrega ao Presidente desta Comissão do Balanço Geral de Santa Catarina - foi entregue na semana passada ao Tribunal de Contas; as contas do ano de 2015 serão julgadas nos próximos sessenta dias pelo Tribunal de Contas.

(Entrega documento ao Presidente da mesa, Deputado Estadual Marcos Vieira.)



Esse documento retrata muito do que foi apresentado aqui, só que consolidado com os doze meses do ano de 2015.

Se a Grazi puder retornar à página 43 desse documento, eu queria fazer um destaque bastante importante a respeito daquela imagem que mostra, em 2014 e 2015, o quadro das receitas e o quadro das despesas totais.

(Mostra slide.) Essa imagem resume a nossa conversa, a nossa prestação de contas. As despesas sempre precisam estar cobertas pelas receitas. Essa é a imagem, senhores Deputados, tão perseguida por todos nós, pela Assembleia Legislativa, pelos catarinenses, pelo governo, pelo Executivo, por todos aqueles que fazem gestão pública, pelos Prefeitos que administram suas cidades. É um quadro como esse, em que de um lado as despesas consigam caber dentro das receitas, mesmo com todas as dificuldades que o País hoje vivencia. Notem que nós utilizamos recursos de superávits de outros anos exatamente para conseguir manter o equilíbrio. A gente ainda tem alguma capacidade para enfrentar mais um pouco a crise que existe no Brasil.

E aí, se você me permitir, Grazi, volte lá na página sobre a economia nacional, a página 3. Esse é um dos pontos que nos leva a meditar bastante a respeito do momento que vivemos não só no País, mas na economia de Santa Catarina. O que a gente vai verificar agora é um dado que mostra a economia brasileira, Deputados, nos últimos cem anos.

(Mostra slide.) Vejam só, nos últimos cem anos da economia brasileira esse é o crescimento médio do PIB a cada três anos. Significa que de todas as crises brasileiras que a gente já assistiu ao longo de toda a nossa história, em apenas quatro momentos da história da economia brasileira o PIB caiu abaixo de zero, o PIB foi negativo – mesmo naqueles períodos de exagerada inflação o PIB sempre se comportava de forma crescente. Em apenas quatro momentos da história brasileira nós vemos o Produto Interno Bruto ser negativo.

Os últimos três anos nos levam a ter a maior queda de PIB de toda a nossa história, de toda a história da economia brasileira. É por isso que, em que pese, de um lado, com muita responsabilidade e jeito, aqui em Santa Catarina a gente tenha que demonstrar, lutar pelo equilíbrio fiscal das nossas contas, mas ao mesmo tempo estimular a sociedade catarinense a continuar investindo – e essa é uma característica forte do nosso povo, o nosso povo investe, o nosso povo acredita, o nosso povo entende que na medida em que a crise surge, oportunidades também surgem e a gente consegue manter alguns indicadores mais qualificados do que a média nacional. Um deles é o desemprego: Brasil batendo 9%, Santa Catarina batendo 4% - mas o indicador está crescendo.

O que esse número nos mostra? Nos mostra que Santa Catarina, que o Brasil está murchando em termos de economia. Olhem que dado perigoso para a economia de Santa Catarina que eu apresento para vocês em primeira mão. Este aqui é um balanço da economia nacional agora, do mês de março - ele fecha a previsão dos indicadores de 2012, completo. O PIB de Santa Catarina, que sempre foi um PIB que cresceu acima da média nacional, no ano passado caiu 4,1%. Pela primeira vez em muito tempo, a queda do nosso PIB catarinense foi maior do que o próprio PIB brasileiro. O PIB brasileiro caiu 3,8% no ano passado, o nosso PIB caiu 4,1%.

No ano anterior, em 2014, o nosso PIB cresceu 2,6% e o Brasil parou em 0,1%. No ano anterior, 2013, o PIB catarinense cresceu 3,6% e o do Brasil foi menor. O fato é o seguinte: nós resistimos mais à crise. A economia catarinense se seguiu melhor ao longo do período inicial da crise, mas no ano passado não teve jeito. E o reflexo disso está nas notícias regionais que a gente acompanha, quando inúmeras empresas conhecidas começaram a fechar postos de trabalho, reduzir seu tamanho, se readequar



dentro de uma economia que não estava lhes permitindo entregar seus produtos no Brasil. Nós somos um Estado industrial, somos um Estado de elevada prestação de serviço; a nossa composição de serviço com indústria é 90% da economia de Santa Catarina, 60% de serviço e um pouco menos que 30% de indústria. E essa nossa sociedade que compõe isso se segurou o máximo possível, mas no ano passado houve os ajustes e a economia enxugou. Mesmo com quase R\$ 2 bilhões de investimento público que, em tese, garantiriam o crescimento de 1% do PIB catarinense, isso foi diluído pelo enxugamento da economia.

Eu faço o alerta desse dado específico a esta Casa para fazer a seguinte projeção para 2016: se a economia enxugou 4,1% no ano passado, murchou, como está sendo 2016? Em 2016 nós temos uma economia menor do que tivemos nos últimos doze meses. Qual o reflexo disso para os nossos Municípios e para o Estado de Santa Catarina? Menos arrecadação pública. Nós não podemos esperar que uma economia menor este ano, menor a cada mês, que está diminuindo a cada mês, vá entregar aos Municípios e ao Estado de Santa Catarina mais receita. Não vai.

Por isso que a previsão que a gente faz do crescimento nominal da arrecadação para 2016 é de apenas 1%. A inflação vai bater 8%, 9% este ano, mas a arrecadação pública do Estado de Santa Catarina, aquela pela qual nós todos aqui, de forma conjunta, somos responsáveis por administrar, vai crescer apenas 1% - e olha que no verão o turismo nos ajudou muito. Começamos com 9% em janeiro, baixou para 7%, agora baixou para 4%, e este mês está baixando para 2%. A média vai puxar para 4% no quadrimestre, quando fechar março. Então, ao longo de cada mês que entrar nos próximos nove meses, que forem sendo executados, nós vamos ter a média da arrecadação sendo empurrada para baixo. Toda a projeção que nós fizemos foi exatamente nesse sentido, que a gente tenha o incremento de apenas 1% de arrecadação neste ano.

De outro lado, as despesas públicas vão se elevar, basicamente, em folha de pagamento, previdência e dívida - elas vão subir, no ano de 2016, a algo em torno de 9% em média. (*Mostra slide.*) Vejam que este é o ponto de elevada importância para o debate que temos que fazer: inflação alta, PIB em baixa. A arrecadação pública brasileira, seja da União, seja dos Estados ou dos Municípios, deriva basicamente do PIB. Então a arrecadação a cada ano que passa está murchando, não só para Santa Catarina - a União tem, a cada mês que passa, menos arrecadação do que tinha nos meses passados.

De outro lado, a inflação nos pressiona a todos: pressiona o custeio, porque todos os contratos públicos, que têm que ser licitados, têm lá uma cláusula de indexação de reposição automática do INPC. Isso não acontece na vida das empresas privadas lá fora: a inflação não é repostada de forma automática. Um empresário senta com outro empresário e diz: "Vou continuar te comprando se tu mantiveres o preço. Se tu quiseres me vender, tu vendes." Aqui, não. Na área pública existe o apostilamento automático da inflação. Significa, na prática, que os custos da área pública são indexados pelo resultado publicado do INPC.

O que nós fizemos, no governo de Santa Catarina? Publicamos no início deste ano, final do ano passado, uma resolução do grupo gestor do Estado que diz o seguinte: em todos os contratos que vierem a ser renovados, a parte contratada tem que aceitar não repor a inflação. Mas isso não é uma verdade porque existem produtos, existem serviços, existem insumos que o Estado compra, como remédios, por exemplo, que o contratado não te entrega se for para ter prejuízo. Então a inflação desses setores é até maior do que a própria média do INPC.



Conseguimos fazer alguns ajustes nesse sentido, mas nos fragilizam muito as legislações como elas são. Então a inflação alta pressiona o custeio, mas mais que isso, a inflação alta pressiona os salários e a previdência, porque todo brasileiro quer ver recuperada, num período de doze meses, num período certo, a manutenção do ganho do seu salário. Na medida em que a inflação alta pressiona o custeio e o PIB baixo nos tira a arrecadação, essa conta não vai fechar. É por isso que o Rio Grande, há dois anos, já sofre os efeitos da insolvência absoluta; é por isso que o Paraná conseguiu se resolver, no ano passado, com a medida da junção dos fundos de previdência, em que eles receberam R\$ 9 bilhões no seu fundo financeiro, algo semelhante ao que foi feito no final do ano passado aqui em Santa Catarina, em que nós recebemos nesse ano R\$ 400 milhões para nos ajudar a enfrentar o ano de 2016 e financiar a questão previdenciária do Estado, que é o maior problema de todos nós.

É por isso que o Rio de Janeiro não consegue mais pagar suas contas, o PIB dele está agravadíssimo pela questão do petróleo, pela questão da Petrobras - o que significa, lá no Rio, 36% do PIB daquele Estado, só uma empresa. É por isso que Minas Gerais não consegue mais fazer o pagamento em dia dos seus salários. Eu tenho uma rede de contato com os demais Secretários e Minas Gerais, este ano, na programação financeira que autoriza... A programação é aquilo que além do orçamento, é aquilo a que ele se compromete e libera para empenhamento, é aquilo que ele imagina que vá acontecer. Nisso que Minas imagina que vá acontecer, vão faltar R\$ 14 bilhões. Na prática, em setembro eles não terão mais recursos orçamentários para empenhar a folha. Não é não pagar a folha, não pagar eles já não pagam antes - é empenhar a folha.

Então, a crise econômica já afeta a União e está afetando todos os Estados brasileiros, e o modelo está nos levando para o momento do descompasso entre o recebimento de receita e a capacidade de enfrentar as despesas. [*Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato*]

No início do ano, Deputado Vieira, nós fizemos um contingenciamento da economia, do orçamento aprovado por esta Casa, da ordem de R\$ 4 bilhões. E graças a Deus fizemos isso, e ao longo do ano fomos ajustando, porque foi o que nos permitiu manter o equilíbrio com toda a dificuldade que vocês também acompanharam. Existem vários órgãos do Estado que não conseguem prestar um serviço adequado à sociedade ou responder à demanda que cresce por parte da sociedade, quando a arrecadação é pequena e o percentual vinculado a eles não reage.

A saúde de Santa Catarina é de forma unânime o maior interesse de qualquer catarinense, que a saúde funcione na medida da necessidade de uma família, que o sistema funcione a seu favor.

Se a arrecadação vai crescer nesse ano aqui 1%, quanto nós vamos alocar para eles lá? Não é o quanto eles precisam, é o que nós recebemos com 1% de crescimento e vamos colocar lá os 12%, talvez tenhamos que colocar 13%, talvez tenhamos que colocar 14%, mas esse dinheiro não vai ser suficiente para enfrentar uma inflação média 15% na área da saúde. Então a gente assiste ao perigoso cenário de cada dia que passa conseguir responder menos em termos de qualidade de prestação de serviços para a sociedade, enquanto essa crise perdurar. Ela está no terceiro ano e precisa terminar de forma rápida, o Brasil precisa reagir, precisa voltar a crescer, se não voltar a crescer não tem mágica, em algum momento o descompasso, o descolamento entre a inflação alta, que pressiona custos, e o PIB baixo, que nos tira a arrecadação, vai nos deixar insolventes.

Santa Catarina consegue virar o ano de 2016? Muito provavelmente sim se ficarmos nessa média de 1%, com tudo o que foi feito, e esta Casa ajudou no último ano, todas as medidas que foram feitas, acho que ainda precisamos fazer outras ao longo



desse ano, nós conseguiremos virar o ano de 2016 sem maiores dramas. Não que não teremos problemas, temos vários problemas em setores que vão precisar de mais recurso, mas que não serão socorridos.

A folha de pagamento do Estado, com tudo que esta Casa aprovou... (*Neste momento faltou luz no Plenarinho.*) A folha de pagamento do ano de 2016, com tudo o que foi aprovado aqui nesta Casa por iniciativa do Executivo...

Com relação à folha de pagamento, nós aprovamos inúmeras legislações, todas as categorias do Executivo catarinense foram atendidas nos últimos anos. No último ano, nós aprovamos, por exemplo, na segurança pública legislações importantes em 2013 que tiveram reflexo até dezembro do ano passado.

No ano passado houve um aumento médio de mais de 20% só na segurança pública, na saúde de Santa Catarina nós tivemos aumentos que foram concedidos no final de 2013. No final de 2013, foi aprovado por esta Casa e terminava de ser integralizado em janeiro de 2016, foi em média 25% do vencimento nos últimos quatro anos. Então, por isso que a situação ainda está sob controle, não tem muita luta sindical nessas áreas, na educação da mesma forma. Todas as demais Secretarias receberam aumentos salariais.

Neste ano de 2016 tivemos aumentos que aconteceram em janeiro, em março, em maio, em agosto e outubro. Todas legislações que beneficiaram setores de várias categorias do Executivo.

Isso nos levará, juntamente com crescimento vegetativo, a uma folha que cresce em 2016 na ordem de 10%. É isso que a folha de Santa Catarina vai crescer neste ano de 2016, e não temos nada para fazer porque já fizemos. Todos nós já aprovamos essas legislações e isso já está sendo incorporado nessa despesa, e vamos pagar ela ao longo do ano, a folha do Estado vai crescer 10%.

Repito o que falei a respeito da arrecadação: ela vai crescer 1%. De novo vamos ficar distantes, vamos ficar pressionados por mais folha e menos capacidade de pagamento. Por isso que no dia de ontem o grupo de Gestão das Despesas editou uma resolução que diz o seguinte: a partir de ontem até dezembro deste ano não tramitará mais nenhum processo que venha a impactar a folha de pagamento. Aí alguém diz: “Ah, mas a gente queria abrir uma negociação para o ano que vem.” Não tramita, não tramitará. Se tramitar e a gente achar que dá para fazer alguma coisa no próximo ano ou nos próximos anos, com esse cenário inseguro da economia, possivelmente, estejamos levando Santa Catarina para o cenário do Rio Grande do Sul.

É por isso que ontem a gente editou aquela medida um tanto polêmica, uma medida que foi, num primeiro momento, considerada como um congelamento. Não é um congelamento. O congelamento é quando se trava a despesa, nós não estamos travando a despesa, ela vai continuar acontecendo, vai continuar crescendo conforme as legislações que foram aprovadas, conforme os chamamentos que foram publicados - os quase 1.300 homens da Segurança Pública. Tudo aquilo que foi combinado até então vai ser cumprido, a gente vai admitir que a despesa se eleve neste ano. Nós estamos preparados para enfrentar essa despesa até dezembro.

Agora, não estamos preparados diante do cenário de queda abrupta do PIB catarinense - repito 4,1% negativo foi o fechamento do PIB do ano passado, maior do que o do Brasil. E com o desenho da economia de Santa Catarina neste ano, que resistiu mais que todos os outros Estados, não se consegue fazer uma previsão segura para o resto do ano ou para o próximo ano. Como a questão política está muito instável no Brasil, não dá para fazer previsão segura do que vai acontecer. Então, a prudência nos leva a dizer o seguinte: não vamos prometer nada que talvez não possamos cumprir



depois. Vamos todos esperar que as coisas se ajustem no Brasil para começar a tomar medidas que comprometam o médio prazo.

E esse é o ponto que talvez seja o mais importante de toda essa conversa que a gente possa fazer com a sociedade de Santa Catarina.

No ano que passou, diante da forte crise fiscal que o Brasil enfrenta, 21 Estados da Federação aumentaram o ICMS. Essa aqui (*aponta para imagem*) é uma reportagem feita pela Rede Globo que mostrou que 21 Estados brasileiros aumentaram o ICMS. Isso a gente já sabia, mas tem que mostrar numa imagem, vinda de uma fonte nacional, que fez uma pesquisa de todos os Estados. Apenas seis Estados não fizeram: Santa Catarina e Espírito Santo foram os principais Estados, depois vêm Paraná, Mato Grosso, Rondônia e Acre têm menos relevância, são importantíssimos, mas têm menos relevância na economia do País.

Notem que nessa (*aponta para a imagem*) faixa de todos os demais Estados brasileiros todos optaram pelo caminho fácil do aumento do tributo. O aumento do tributo, sobretudo do ICMS, produz um efeito bastante pesado sobre a economia, sobre o desenvolvimento.

Aqui em Santa Catarina o ICMS da energia e do combustível, que são principais insumos da formação da economia brasileira, é hoje 20% em termos tributários mais barato que qualquer dos Estados que competem com a nossa economia. A opção de não elevar a carga tributária do ICMS — que eu tenho absoluta certeza que a elevação não seria aceita por esta Casa, não seria aceita pela comunidade, mas em 21 Estados isso aconteceu, então é uma realidade no Brasil — nos deixa mais competitivos hoje com relação a qualquer Estado brasileiro que compete com a nossa economia.

Quero chamar a atenção dos nobres Deputados, e não é nada do que Vossas Excelências já não conheçam, é que, quando essa crise passar — e ela vai passar, mais tempo ou menos tempo, mas ela vai acabar e o Brasil vai voltar a crescer —, o Estado catarinense será destino de todos os grandes empreendimentos, de todos os grandes negócios, de todas as grandes ampliações da indústria e de serviços. O destino será Santa Catarina, porque nós seremos o Estado que, no momento da pior crise brasileira, não seguiu a receita fácil do aumento da carga tributária.

Então, ao enfrentar a crise brasileira sem essa prática do aumento da elevação da carga tributária, somos o Estado — que muito provavelmente já seja hoje e será no momento da retomada — mais competitivo do Brasil, e aí nós vamos colher os frutos dessas iniciativas que hoje se materializam aqui em Santa Catarina.

Queria dizer, em que pese tudo isso, que a estratégia importante da formação do Pacto com os financiamentos em 2011, 2012 e 2013, formaram a carteira que hoje nos permite continuar fazendo investimentos sem que a capacidade de receita própria permitisse. Neste ano agora, nos próximos dias, ingressa do Banco do Brasil e do BNDES R\$ 1 bilhão no caixa do Executivo, que é destinado ao Pacto por Santa Catarina, para continuar tocando as obras que já estão programadas e as que estão em execução. Ou seja, enquanto os demais Estados brasileiros não conseguem construir uma ponte sequer, Santa Catarina toca o Pacto, e isso ajuda a economia catarinense a enfrentar a crise, como disse, mesmo que no ano passado ela tenha murchado de forma bastante forte.

Eu termino aqui, Deputado, para abrir para as perguntas dos senhores. Mas antes eu queria de novo fortalecer um pouquinho o motivo das nossas precauções de agora até dezembro.

O PIB catarinense foi de 4,1% negativo, o emprego com carteira assinada nos últimos 12 meses em Santa Catarina não foi positivo, foi de 3,6% negativo. Então, a



economia começou a desempregar também. Em que pese hoje tenhamos ainda o menor índice, ela está desempregando.

A produção industrial geral está 7,9% negativo, quase 8%. As exportações, em que pese o câmbio esteja nos ajudando, ainda assim reconquistar os mercados é algo bastante difícil. Então o câmbio começa ajudar, mas exportação é contrato de longo prazo, abrir mercado e reconquistar mercado não se faz de um mês para outro. As exportações de Santa Catarina caíram 15,6% nos últimos 12 meses.

As importações, com o dólar elevado deixa de ser interessante, caíram 30%. Dentro dessas importações que caíram, em algum momento parece que ajuda a indústria nacional porque não está entrando produto, e portanto vão comprar mais aqui de dentro, mas não é bem assim. Quase 90% de tudo o que se importa em Santa Catarina é insumo da nossa própria indústria. Portanto, a queda disso é a demonstração forte de que está vindo menos insumo para formar mais capital em Santa Catarina, para poder exportar para fora ou mesmo para o Brasil.

O volume de vendas do comércio no varejo caiu 11,5%; as receitas de vendas do comércio 3,6%. É aqui um ponto que demonstra muito a crise pegando na sociedade: a venda de veículos novos caiu 30% em Santa Catarina. Aqui tem um efeito bem interessante, a arrecadação pública do setor está em 0,1%. E aí alguém pergunta: Mas como cai 30% a venda de veículos e a arrecadação do setor se mantém? Porque a produção da BMW e a arrecadação que a BMW está entregando para Santa Catarina está compensando a queda do mercado no seu exato valor, cai 30% e ela está compensando com 30%, a gente está com a arrecadação em 0%. Se não teríamos que trabalhar com a hipótese de a arrecadação estar menos que 30%.

E o consumo aparente do maior insumo da construção civil, que é o cimento, está em 2% negativo; a venda de óleo diesel está em 4,6% negativo; e o consumo de energia elétrica, mesmo com a energia crescendo mais de 60% na tarifa, caiu 3,1%. É essa a economia de Santa Catarina neste momento. São com essas informações que nem sempre a sociedade, ou os principais ativistas daquelas corporações, sejam de fornecedores, sejam de sindicais, ou quem quer que seja que interage com o Executivo, não se importam. São com essas informações que nós precisamos nos importar, são com essas informações que vamos desenhar os próximos doze meses, enxergando uma economia catarinense menor, mais enxuta, do que nos últimos doze meses. Portanto, entregando menos arrecadação pública para os Municípios e para o Estado. E diante desse quadro toda a cautela, toda a prudência, toda nova despesa que a gente puder gerenciar e evitar, todo o esforço interno de rever contrato, todo o esforço interno de reduzir despesa, será muito bem-vindo nesse momento para continuarmos enfrentando o ano difícil da pior crise brasileira que já vivemos na nossa história.

Coloco-me à disposição para as perguntas dos senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, vamos então esclarecer as dúvidas e fazer as eventuais perguntas ao senhor Secretário para que, em seguida, ele possa responder. [*Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza*]

Quero aqui sugerir as V.Exas., que a ordem de chegada seja definida como critério, concedendo três minutos a cada Deputado para que todos possam ter oportunidade. Vou também me permitir tomar a decisão de que a cada três manifestações dos Deputados, o Secretário responda às perguntas para não ficar acumulado e não se perder no tempo.

Pela ordem, passo a palavra ao Deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL DIRCEU DRESCH – Bem, são três minutos para muita coisa.



(Cumprimenta os integrantes da mesa e os demais presentes.)

V.Exa., o Secretário, falou do PIB. Vamos começar por aí, em 2015 nós tivemos uma queda de 4.1%; 3.8% em nível nacional. Então no Estado caiu mais do que a média nacional.

Outra questão que acho fundamental aqui é que o investimento caiu 14% do próprio Estado, em torno R\$ 1,94 bilhões. Essa falta de investimento pode também contribuir para a perspectiva de redução do PIB catarinense. E outra questão que eu sempre trato é a questão da renúncia fiscal, de critérios, de como ela se dá, de como que se aprova para uma empresa de um setor ter mais ou menos incentivos, ou que componha a renúncia fiscal.

Outra questão que eu queria destacar diz respeito aos dados financeiros - é que nós acompanhamos a questão da Operação Zelotes, a denúncia de não pagamento de impostos por grandes grupos econômicos do Brasil. Qual é o critério, como o Estado, como a Secretaria da Fazenda lida com isso quando as empresas não pagam impostos ou rolam dívidas e impostos? Como é que o Estado lida com isso? Porque foi uma das grandes denúncias, que inclusive continua ainda hoje, de sonegação fiscal, porque se estima que este ano a sonegação no País pode chegar em torno de R\$ 500 bilhões, em 2016. Como o Estado encara isso, porque nós também temos uma denúncia de que há um grande grupo de empresários, dentro do rito do golpe, que estão rolando as suas dívidas de impostos. Se isso também se nota no Estado, pois estão aproveitando-se do discurso da crise para não pagarem as suas dívidas com o Estado.

Bom, eu tenho um conjunto de questões. O não cumprimento das metas dos resultados primários e da meta do resultado nominal. Em nível nacional nós temos uma Lei, a Lei nº 5/2015, nessa questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, que inclusive está em debate neste processo nacional, e aqui nós não temos uma lei. O Estado não encaminhou um projeto de lei nesse sentido.

Aqui vou priorizar a questão da ação do Estado, que resultou em toda essa questão da renegociação dos juros da dívida do Estado, se o Estado está consciente que isso de fato vai se resolver; e como lida com isso no sistema financeiro nacional, porque aí vai de encontro a esse debate do juro acumulado, do juro simples. Se mexer na questão da dívida pública tem que mexer na dívida privada, a dívida de todos nós. Tem-se uma perspectiva de ter uma mudança nessa questão do juro nacional, se o Estado aposta nisso e como isso se dá para o sistema financeiro nacional daqui para frente?

Bom, tem mais outras questões, vamos ver se depois a gente consegue colocar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Passo a palavra ao Secretário ao Gavazzoni, para as suas respostas.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC) – Obrigado, Presidente, pela gentileza. Obrigado pelas perguntas, Deputado Dirceu Dresch, todas elas são pertinentes e vou lhe responder com absoluta tranquilidade.

Em relação ao PIB, eu disse na apresentação que o PIB do ano passado caiu 4.1, isso é verdade; no Brasil caiu menos, 3.8. Mas nos anos anteriores - e eu comentei aqui que a economia catarinense se segurou mais no ano em que Brasil cresceu zero - a economia havia crescido 2.6.

Então, se a gente somar a média do crescimento da economia de Santa Catarina dos últimos cinco anos, ela é superior à média brasileira, é bem superior.

Eu somente chamo a atenção para o seguinte: a coragem dos nossos empreendedores foi além da média nacional, só que chegou um momento em que teve que haver o ajuste sob pena de elas quebrarem, das empresas entrarem na insolvência absoluta. Então aí se elevou os desempregos nos setores.



A indústria metal mecânica, Deputado Dresch, na região norte, caiu 38%. O Deputado Darci e os Deputados do norte devem ter mais informações a respeito do gravíssimo drama que vivem os empregados desse setor lá na região norte. Nunca foi tão ruim o momento da economia para esse setor, obviamente porque o setor metal mecânico no Brasil, e nós fornecemos muitos para o Brasil todo e para fora, está bastante impactado.

Os investimentos, que caem 14%, saem do ano anterior de R\$ 2.27 bilhões para R\$ 1.94 bilhões. Mas o que estava disponível para investimentos no ano passado? Mais de R\$ 3 bilhões estavam disponíveis. O que faltou ao longo do ano? Eu gosto de fazer a seguinte imagem: faltou braço, faltou execução daquilo que estava disponível por várias razões, como questões licitatórias, licenças ambientais e assim por diante. Agora, quase R\$ 2 bilhões de investimento é bem significativo, é quase 10% da receita disponível e isso é um bom indicador. Contudo, é óbvio que, se tu tens recursos disponíveis, quanto mais investir melhor.

Então o governo, para esse ano, prevê algo em torno de R\$ 2,5 bilhões de investimentos. Quando chegar ao final do ano talvez tenha investido novamente R\$ 2 bilhões, ou R\$ 1,9 Bilhões. No ano passado foi muito bom, 2.27, mas a média de investimento está boa.

Com relação à renúncia fiscal, que é 100% declarada no orçamento que a gente manda para esta Casa, eu gosto de dizer o seguinte - isso eu falo no Confaz e falo nas minhas conversas com os demais Estados quando a gente tem reuniões ampliadas. Os Estados brasileiros mentem, eles não colocam nos seus orçamentos aquilo que nós colocamos no nosso, por quê? Porque aqui em Santa Catarina 100% do sistema tributário catarinense é eletrônico, é todo ele auditado de forma eletrônica, está tudo ali. E mais, os que vocês aprovaram no orçamento do ano passado e este ano irão receber da mesma forma, é algo que não acontece no Brasil e é muito bom para Santa Catarina em termos de transparência, que é a regionalização dos benefícios fiscais, a setorialização e a regionalização.

Se vocês pegarem o orçamento aprovado por esta Casa de 2000 para 2016, vocês irão pegar assim: região de Florianópolis, setores *a, b, c e d*, quanto é cada setor aqui em Florianópolis, setor norte, região norte, região oeste. *[Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos][Taquígrafa-Leiturista: Jacqueline de O V Bitencourt]*

Deputado Dresch (*mostra na imagem*), aqui a gente verifica que amplia a capacidade de V.Exa. fiscalizar o Executivo, com relação a essa matéria. Outros Estados do Brasil não dão bola para isso. Eles dizem assim “renúncia fiscal”. Tem Estado que não têm controle e, portanto, não têm como informar no orçamento. No nosso caso, sempre 100% de transparência absoluta.

Eu gosto de alertar também, em matéria de renúncia fiscal, o seguinte: neste momento nós, Santa Catarina, propusemos lá no Confaz, na reunião que aconteceu a semana passada, que teria de ser unânime, que no Brasil todo se reduzisse 10% de todos os benefícios fiscais do Brasil, mas todos os Estados em conjunto. Nós chegamos a 24 Estados. Inclusive com o nosso voto, todos os programas teriam uma redução de 10%, que, em tese, faria ingressar um recurso adicional para todo mundo. São Paulo, Paraná e mais dois Estados, que não me recordo agora, não aceitaram, não aprovaram. Quando São Paulo e Paraná, que são os maiores competidores de Santa Catarina não aceitam inviabiliza a nossa tentativa de redução da renúncia fiscal.

Mas a renúncia é no documento, quando você retira a renúncia, retira o benefício. Será que aquele negócio continua em Santa Catarina? É o caso lá do nosso oeste, na questão do agronegócio, 27% do PIB, zero de arrecadação, 100% desoneração. Não dá para brincar com o agronegócio e tem outros tantos setores que precisam ser



incentivados, por conta dessa competição regional que sofremos sobre tudo com o Paraná e com São Paulo.

Com relação ao Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) e à Operação Zelotes, que o caro Deputado citou, enquanto o Carf está mergulhado, o Tribunal Tributário do Brasil, está mergulhado na Operação Zelotes, nosso Tribunal Administrativo Tributário (TAT), aqui, de Santa Catarina, ganhou o prêmio, no ano passado, do Tribunal Administrativo Tributário mais transparente do Brasil, pela Fundação Getúlio Vargas.

O Rio Grande do Sul, o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, não me recordar o nome do Deputado, veio em Santa Catarina há poucos dias, a imprensa noticiou isso, convidar o Secretário da Fazenda e o Presidente do TAT para que fossem ao Rio Grande do Sul apresentar lá na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul o sistema eletrônico, transparente e blindado do nosso TAT. Eu tenho absoluta certeza de que aqui nesta Casa não chegou nenhum questionamento com relação ao funcionamento do nosso TAT. O nosso TAT é bom. O nosso Tribunal Administrativo Tributário funciona bem e é transparente. É o primeiro Tribunal que foi todo formulado em termos eletrônicos permitindo absoluta integração entre Ministério Público, Tribunais de Conta, fiscalizações, e assim por diante.

Com relação aos programas fiscais, ainda dentro da pergunta do Deputado, todos os critérios dos programas fiscais de Santa Catarina foram aprovados pela Assembleia Legislativa e eles são os melhores programas do Brasil, eles são os programas mais transparentes e eles têm o envolvimento das federações que ajudam. Antes de chegar para o Secretário o deferimento de qualquer coisa - obviamente que tem que ter um ordenador -, passa pela comissão e a comissão, no caso de Santa Catarina, ela é social, ela tem a participação das federações, tanto que quem preside o comitê de decisão não é servidor do Estado, são os representantes das federações que fiscalizam os programas, o que é muito bom.

Com relação a grupos de empresas que eventualmente não estejam recolhendo tributos, no auge da crise. Eu vou pegar os dados fechados do ano passado, no pior do nosso ano, que foi 2015, o adimplemento das obrigações tributárias caiu de 96% para 93%. Mais de 90% do imposto catarinense é recolhido. Isso é fruto desse trabalho fantástico e amplo. Convido V.Exas., para quando puderem conhecer mais. Porque tem que conhecer? Porque é um trabalho muito legal e é a setorização da fiscalização de Santa Catarina. São hoje 20 setores. Vamos pegar a energia elétrica, os combustíveis, que é um dos setores que mais está afeto a tentativas de golpe; e a tentativa de formação de empresas de outros Estados do Brasil, que vêm aqui para dar um golpe de R\$ 40 milhões, R\$ 50 milhões, vão embora e deixam o prejuízo aqui. Isso não acontece em Santa Catarina, não tem como acontecer, as nossas equipes - todas elas de servidores de carreira - estão setORIZADAS. Elas estão aqui em Florianópolis, em Joinville, em Chapecó, dentro do grupo especializado em combustíveis, por exemplo, e elas estudam o dia inteiro só isso: o que está acontecendo de fraude em algum Estado do Brasil.

Vocês também sabem bem que a Fazenda integra o grupo, o Gaeco catarinense. O que eles fazem? Eles interagem com o Brasil, aprendem e blindam o nosso Estado. A gente consegue ter um desempenho muito superior em termos de arrecadação tributária, de cobrança daquilo que nos é devido, aos demais Estados do Brasil. Significa que estamos blindados a fraude? Também não! Elas acontecem. O Estado age, os órgãos de fiscalização agem, mas a integração e, sobretudo, a capacidade eletrônica de informações, de gestão dessas informações, nos dão um controle bastante superior aos demais Estados brasileiros.



E para terminar, o Deputado me perguntou, sobre a dívida pública, se isso afetaria ou não o Sistema Financeiro Nacional. Grazi, tens como jogar a apresentação da dívida, aqui, rapidinho, só para deixar todo mundo na mesma página?

(A senhora Graziela Luiza Meinheim coloca na projeção de imagens a página solicitada pelo Secretário.)

A dívida de Santa Catarina é uma matéria superbacana, que tem sido construída ao longo dos últimos anos e foi debatida com os senhores Deputados em uma audiência específica. Eu aproveito até para esclarecer a toda à sociedade que nos assiste que, lá atrás, em 1998 o Estado consolidou uma dívida de R\$ 4,1 bilhões, pagou R\$ 13 bilhões. Pagou! E, segundo os critérios do contrato, ainda deveria R\$ 9 bilhões. Aqui é o ponto mais importante dessa discussão. No ano de 2013, o Brasil todo, o governo federal, é importante isso, sentou à mesa de discussão e ao longo de dezenas de reuniões promovidas em Brasília - eu participei de quase todas elas, a minha ausência foi em uma ou duas apenas - reformulamos a pactuação dos contratos. Isso foi aprovado. Essa legislação de iniciativa do governo federal foi aprovada, obviamente, com a vontade do Parlamento brasileiro, que representou a vontade do País. Ela foi alterada em alguns pontos, mas ela representou um grande pacto naquele momento, tanto que quando foi aprovada, no ano de 2014, foi comemorada por todos nós, Estados e o próprio governo federal.

Era o ano em que se iniciavam as eleições no Brasil e, nessa legislação, por favor, passa a próxima imagem. *(Mostra na imagem.)* Aqui, dois objetos foram negociados, dois, cuja aplicação - essa legislação se aplica exclusivamente aos contratos derivados da Lei federal 9.496/97, contrato da dívida pública -, a Lei Complementar 148/2014 tem um foco, ela só se relaciona com aqueles contratos de dívida pública entre Estado e União fundados na Lei 9.496/97. Ela tem dois objetos, a troca do indexador IGP-DI mais 6%, que era o indexador de 1998 a 2013, indexador caro, Deputado Marcos Vieira! Ninguém nesta mesa, ninguém nessa plateia e nenhum empresário em Santa Catarina vai a um banco pegar um contrato de IGP-DI mais 6%. O que é IGP-DI? É inflação cheia, supersensível a variação cambial, a mais cara que existe, mais 6% de juro. Vamos pegar isso no ano passado, em Santa Catarina, vamos pegar 10 de IGP-DI, um pouco mais, e vamos por 6%, 16%; vamos pegar a arrecadação média de Santa Catarina, 5% de crescimento no ano passado. Quanto é que cresceu a proporção da dívida, face à nossa capacidade de pagamento? Onze por cento. No ano passado, Santa Catarina, em capacidade de pagamento/dívida, nós endividamos o Estado em 11%, face à nossa capacidade.

Nós estamos nos matando, todos nós. O que a Lei Complementar 148/2014 veio fazer? Se puder voltar à imagem. *(Mostra na imagem.)* Veio trocar o IGP-DI pelo IPCA, indexador médio menos sensível a interferências cambiais, e o juro de 6% para 4%. Eu tenho dito o seguinte, IPCA mais 4% de juro também não é barato! Não tem ninguém, aqui, nesta sala, que vá fazer um investimento e pegar IPCA mais 4% de juro, por exemplo, comprar uma máquina para produzir. Não existe isso! Isso aqui é caro. Isso não viabiliza um negócio. Tem que ser um negócio muito rentável para poder fazer. É muito caro.

Então, trocou, melhorou, saiu do IGP-DI para o IPCA - volta de novo à outra imagem, só para eu poder mostrar a última parte -, *(Mostra na imagem.)* mudou para IPCA mais 4%, esse é o indexador que toca para o futuro. Mas notem, se puderem colocar a apresentação *(Mostra na imagem.)*, que a lei diz que criou um novo indexador e criou também um desconto. Tinha que se rever de 1998 a 2013. Rever, recalculando todo esse período, porque o IGP-DI mais 6% é muito caro, e os Estados pagaram a dívida muito caro, ao longo desse período. É por isso que nós tínhamos R\$ 4 bilhões, pagamos



R\$ 13 bilhões e estamos devendo R\$ 9 bilhões. Os Estados brasileiros pagaram. Ninguém está pedindo favor, pagaram!

Então, reconhecendo isso, o governo federal manda, o Ministro era Guido Mantega, para o Congresso Nacional uma lei - está lá na exposição de motivos da lei -, ela diz assim: a conjuntura econômica dos últimos anos foi diferente daquela prevista na época do Plano Real, portanto, é necessário mudança do indexador e o recálculo da conta para fazer justiça com os Estados. Eles pagaram bastante a sua dívida tem que recalculá-la - e aí a lei é impositiva. Ela diz no seu artigo 3º: “A União concederá descontos - a União concederá descontos - sobre os saldos devedores dos contratos referidos no artigo 2º, em valor correspondente à diferença entre o montante do saldo devedor existente em 1º de janeiro de 2013 e aquele apurado utilizando-se a variação acumulada da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) desde a assinatura dos respectivos contratos,...

Estou insistindo para dizer o seguinte, nesse período todo, tem que pegar tudo que foi pago, tudo que era devido e recalculá-lo aplicando a variação acumulada da taxa Selic. A variação acumulada da taxa Selic é como Santa Catarina cobra os seus tributos dos catarinenses. Como é que, nós, aqui, por meio desta Assembleia, cobramos daqueles que nos devem? Variação acumulada da taxa Selic, Selic Simples. Como é que a União federal cobra o Pasesp, que nós devemos para eles, se atrasarmos o pagamento, o Estado? Selic Simples. Como é que a União, o governo federal, cobra os tributos federais das empresas que são devedoras? Nas reportagens nacionais, desonestamente, estão dizendo que é Selic Composta, não é! Não é, a União cobra Selic Simples, porque essa é a regra tributária.

A regra tributária é Selic Acumulada, não Selic Composta. O Manual de contabilidade, de formação das contas das decisões judiciais - manual do Supremo Tribunal Federal, manual da Justiça Federal do Brasil, manual de contas de Santa Catarina, do nosso Tribunal -, como é que se atualiza uma dívida, a partir de uma sentença transitada em julgado? Como é que faz esse cálculo? Selic Simples, por que a Selic Simples tem inflação mais juro dentro dela. Se você fizer o cálculo na forma da Selic Composta - no período de 1998 a 2013 -, ela vai para 1.200%; se você fizer na forma da Selic Acumulada, ela vai para 200%, e a inflação do período é 90%. Então notem, não existe como.

Agora, o Sistema Financeiro Nacional não tem nada a ver com essa legislação! Nada a ver com essa legislação, que é o título público da União, a poupança. O Sistema Financeiro não tem a ver com essa legislação. Essa legislação escolheu um critério para fazer um recálculo, feito o recálculo, qual é o passo seguinte? Aplicar o INPC ponto 4, que é o novo indexador.

Eu tive a oportunidade de contraditar alguns economistas, ontem, o próprio Secretário do Tesouro Nacional, eu disse o seguinte: Pera aí, na medida em que vocês querem dizer, nos jornais nacionais, que a vitória de Santa Catarina, por unanimidade, porque 09 votos a 02 votos foi reconhecer que era mandado de segurança. Quando se superou essa questão do mandado de segurança, se votou pelo mérito, ou parte dele. Quando é o exame da liminar, aí deu, 11 votos a zero voto. O Supremo Tribunal Federal inteiro entendeu que a lei que diz: façam o desconto calculando dessa forma, tem que ser efetivamente um desconto.

Poe, por fim, aquela última imagem, já vou terminar, mas é importante deixar bem claro.

(A senhora Graziela Luiza Meinheim coloca na projeção de imagens a página solicitada pelo Secretário.)



Aqui, notem nesta imagem o seguinte, a dívida de Santa Catarina está lá em cima, o saldo dela, 1.998/2003, é de R\$ 8,5 bilhões, lá em cima, o desconto; se aplicar a tese da União, de R\$ 8,5 bilhões vai para R\$ 9,5 bilhões, então, não é desconto, a lei fraquejou. A lei diz que a União concederá um desconto, mas quando aplica a tese da União, cresce um bilhão. Então não é por ali. Quando você faz a Selic Acumulada, que é, repito, como nós cobramos os nossos tributos; como a União cobra os tributos dela; como a Justiça Federal, como o Supremo, como todo mundo, calcula as dívidas, quando se aplica a Selic Acumulada, a nossa dívida cai para R\$ 1,5 bilhões. Essa lei só tem sentido se o desconto efetivamente significar desconto.

É por isso que o Supremo nos deu razão, pelo menos até o momento, deu razão ao Rio Grande do Sul, na segunda-feira, hoje, outros Estados do Brasil estão ingressando também. Alguns juristas nacionais escreveram, hoje, no Valor Econômico, em vários jornais nacionais, demonstrando que juridicamente esse é o caminho mais seguro. E, já começando a refutar aquele argumento *ad terrorem*, aquele terrorismo que diz assim: se essa tese vingar compromete a minha poupança, compromete... Vou usar a palavra, me perdoem, é uma grande bobagem, e, talvez uma desonestidade intelectual gigantesca dos especialistas que dizem isso. Não podem dizer isso! Tem que ser chamada a atenção. A pessoa que vem dizer que a tese, que é restrita a um contrato cujo critério é para fazer um recálculo, vai contaminar o Sistema Financeiro Nacional, é um argumento terrorista, não é verdade. Não é verdadeiro e o Supremo, felizmente, lá tem jurista muito equilibrado, eu tenho absoluta convicção de que a tese vai pegar.

E, se pegar, Santa Catarina deixa de pagar R\$ 9,5 bilhões, a números de hoje, mas a números de 2028, que seria o período do desembolso, pelas regras do IGP-DI mais 6, são R\$ 31 bilhões; pelas regras do IPCA ponto 4, são R\$ 21 bilhões, é disso que estamos falando! Se Santa Catarina vai passar isso para a União ou se vai gerenciar isso, aqui, dentro das nossas necessidades, a partir de uma receita que é nossa, a partir de uma receita que é formada pelos catarinenses, que recolhem os nossos tributos em favor do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Secretário Gavazzoni, obrigado.

Senhores Deputados, vamos dar continuidade e solicito um pouco mais de brevidade tendo em vista a hora regimental. Às 11 horas a Comissão de Saúde tem reunião ordinária normal, nesta sala.

Com a palavra o Deputado Estadual José Milton Scheffer. [*Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé*] [*Taquígrafa-Leiturista: Jacqueline de O V Bitencourt*]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ MILTON SCHEFFER – Presidente, como Parlamentar quero fazer um cumprimento especial ao Secretário Antônio Gavazzoni e sua equipe pela tese que desenvolveram na Secretaria da Fazenda. Nós acompanhamos todo o julgamento no STF e pudemos ver a força dos nossos argumentos, considerados uma tese que vai mexer com o Brasil inteiro, mas a partir de Santa Catarina. Isso demonstra todo o estudo e toda a qualidade da equipe que nós temos na nossa Secretaria da Fazenda, Secretário Gavazzoni.

Eu quero lhe cumprimentar e dizer que ficamos orgulhosos em ver o nosso Estado desenvolvendo teses que são justas, como foi mostrado aqui, e eu tinha algumas colocações que V.Exa. já respondeu há pouco, mas deixa todos nós muito seguros de que a Secretaria da Fazenda e o governo do Estado desenvolvem uma tese que há muito tempo se fala, que é uma preocupação que nós temos com o endividamento. Santa Catarina é um Estado pagador, mas também não dá para pagar uma agiotagem desse tamanho. Então, desejamos sucesso na missão, todos nós estamos acompanhando e



apoiando, inclusive na próxima reunião estaremos relatando aqui um projeto que nos foi encaminhado pelo Presidente que trata da adequação da legislação, aqui nesta Comissão, para que Santa Catarina possa dar sequência a esse projeto da sua dívida.

Mas eu tenho uma preocupação. Eu vejo falar de adequação, de contratos, de redução de investimentos, e eu fico preocupado. Nós temos uma estrutura administrativa que está desproporcional. Nós sabemos que o setor agrícola, por exemplo, contribui com 20%, 30% da receita de tributos, e na verdade, olhando os investimentos ali no item despesa, é o que menos gasta na estrutura do Estado. E o Estado de Santa Catarina tem uma estrutura, em outros setores, com falta de gente, a agricultura é um deles, a saúde faltam pessoas, a área da segurança pública e outras áreas precisam de investimento. Eu não vi em nenhum momento o Estado trabalhar numa readequação do tamanho da sua máquina, talvez diminuí-la em alguns setores, pois nós temos uma estrutura de Secretarias em grande volume aqui no Estado e concentrar isso em áreas que a população está pedindo, como segurança pública e saúde, e talvez na infraestrutura, que o Deinfra e a Secretaria de Infraestrutura do Estado estão sucateadas, praticamente sem nenhum recurso humano para tocar uma Pasta muito importante. E ainda temos algumas questões internas, sem diminuir, sem prejudicar os funcionários efetivos, mas uma readequação do tamanho da nossa máquina, focando nas áreas prioritárias que Santa Catarina tem reivindicado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra o Deputado Estadual Rodrigo Minotto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL RODRIGO MINOTTO – Bom dia, senhor Presidente, bom dia a todos os ouvintes, bom dia a todos que nos acompanham. Eu farei o possível para cumprir os meus três minutos, senhor Presidente.

Cumprimento o senhor Secretário Antônio Gavazzoni e a sua equipe, e também na linha de raciocínio do Deputado José Milton Scheffer, cumprimento pelo brilhante trabalho que fizeram no Supremo Tribunal Federal, sendo Santa Catarina mais uma vez protagonista dessa grande história, que com certeza trará muitos benefícios para Santa Catarina.

Considerando alguns itens, os quais eu anotei, que em 2009 a folha de pagamento do Estado representava 36% da Receita Líquida e em 2015 48,35%; considerando que para o ano de 2016 a projeção é de um aumento de 9% a 10%, isso vai estourar o Limite Prudencial, alcançando a margem de 52,7% na folha de pagamento; considerando que em 2016 o Estado também louvavelmente acrescentou, acima do Limite Prudencial, investimento da educação e na saúde, de 25% para 27,57% na educação, de 12% para 12,86% na saúde e que, realmente, o Estado de Santa Catarina é o Estado com o menor endividamento do País; considerando que esse montante em 2015 representou 88,78%, deixando aí, entre insumos, custeio, manutenção, investimentos, um saldo de 11,2% para tudo isso; considerando que com essa projeção da folha e com o aumento também possível do custeio da máquina, nós vamos ter muito pouco para poder fazer esses investimentos, até mesmo por considerar que foi apresentado que de 2013 para 2015 o poder de investimento do Estado caiu significativamente.

Mesmo que o Estado, hoje, encontre-se numa situação melhor, podemos dizer assim, diante dos outros Estados da Federação, eu também questiono o Secretário Gavazzoni, dentro da linha de raciocínio do Deputado José Milton, se não haveria necessidade de o governo pensar numa readequação estrutural de governo, e cito Bescor, Codesc, SC-Parcerias, ADRs. Há necessidade de manter todas essas estruturas no Poder Público ou nós precisamos pensar em mais investimentos e dentro da capacidade de investimentos que o Estado tem, e que nós vamos precisar,



evidentemente, principalmente na questão da saúde, da educação, da segurança pública, que tem sido um tema pertinente para o nosso Estado de Santa Catarina, além, evidentemente, das questões da infraestrutura?

Também diante do que foi apresentando, considerando que a nossa dívida com a União é de R\$ 9,5 bilhões e a tese de Santa Catarina traria a dívida para R\$ 1,5 bilhão, ao pagamento mensal de R\$ 89 milhões, que estão suspensos por decisão judicial, nós teríamos aí quase dois anos para pagar toda a dívida da União. E me corrija se eu estiver errado.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC) – Esse R\$ 1,5 bilhão seria o saldo em 2013.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL RODRIGO MINOTTO – Ah, aquela diferença de 2009, 2013, que é o saldo de R\$ 1,5 bilhão.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC) – Porque a lei manda fazer o corte em 2013. Então, quando cai de... Por isso que o número não fecha. A dívida hoje é de R\$ 9,080 bilhões; a dívida em 2013 era de R\$ 8,5 bilhões, pagamos mais de R\$ 3 bilhões e a dívida cresceu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL RODRIGO MINOTTO – Referente ao exercício daquele período então.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC) – É. Então agora volta 2013; R\$ 8,5 bilhões, na nossa tese, cai para R\$ 1,5 bilhão. Desse R\$ 1,5 bilhão de lá para cá nós já pagamos R\$ 3 bilhões, então não devemos nada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL RODRIGO MINOTTO – Ah, legal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – V.Exa. tem mais trinta segundos, senhor Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL RODRIGO MINOTTO – Eu tinha também anotado, mas o Secretário Gavazzoni, com a sua sabedoria, já expôs que o Estado, ao cobrar do contribuinte, usa a Selic simples, evidentemente.

E qual seria o valor aproximado hoje dos créditos que o Estado tem com os contribuintes de Santa Catarina?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Darcy de Matos, V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL DARCI DE MATOS – Senhor Presidente, nos três minutos que me cabem eu gostaria de, rapidamente, saudar todos os presentes e também fazer referência à questão da dívida. Pelos dados colocados, nem Santa Catarina nem o Brasil vão suportar o desaquecimento da economia, a queda do PIB e o aumento da inflação. Essa conta muito em breve não fechará mais, Deputado Aguiar. [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira][Taquígrafa-Leiturista:Jacquelne de O V Bitencourt]

Quero parabenizar o Secretário Gavazzoni e o Governador Raimundo Colombo, porque vocês ousaram. O Estado de Santa Catarina, liderado por V.Exa. e o Governador, provocou um debate nacional que nos levou a uma reflexão sobre o Estado federativo e confederativo. Esse é um dos motivos que os Estados Unidos têm cem anos a mais que o Brasil, e só o PIB da Califórnia é maior do que o do Brasil; quer dizer, lá os Estados tem autonomia. Aqui nós não temos autonomia; não temos autonomia e não temos dinheiro, não temos recursos, 70% do que nós arrecadamos absurdamente vai embora para Brasília e não volta mais. Esse é o dado que foi passado aqui. Nós, Santa Catarina, repassamos para a União no ano de 2015 R\$ 31 bilhões e recebemos R\$ 8,6 bilhões. Quer dizer, nós estamos sustentando a União.



E, como foi colocado há pouco pelo Secretário: nem o pior agiota, nem o maior agiota de Santa Catarina cobraria um juro tão elevado quanto a União está cobrando do nosso Estado, Secretário Gavazzoni. Prestamos quatro, pagamos três e devemos nove, isso não existe.

E hoje pela manhã a mídia nacional, no Bom Dia Brasil, estava ironizando Santa Catarina, sem conhecimento, maldosamente, ou através de um bom entendimento com o governo federal neste momento, dizendo que a União não é primo rico, mas sim o primo pobre. Isso é um absurdo, Deputado Aguiar. A União é o primo rico, fanfarrão, que gasta mal e é corrupto. Essa é a verdade. E está vivendo à custa do Estado há muitos anos.

E se os Estados questionarem a rediscussão da dívida e ganharem, como nós ganhamos no Supremo, vai provocar um rombo de R\$ 300 bilhões nas contas da União, então a União precisa buscar uma alternativa. Esse é um problema da União, esse não é um problema nosso. Quer dizer, nós estamos preocupados com Santa Catarina, não com a União. A União que resolva os seus problemas, os problemas que tem criado nas últimas décadas.

Então quero parabenizar Santa Catarina, que provoca uma rediscussão dessa redistribuição dos recursos arrecadados. Onde a vida acontece são nos Municípios e nos Estados, e o recurso que fica aqui é muito pouco, muito pequeno. Estamos de parabéns e tenho certeza que a gente vai lograr êxito, porque nós estamos com a verdade. Parabéns, Secretário, porque eu tenho certeza que é em virtude das gestões qualificadas, comprometidas, e sobretudo a última gestão, dos oito anos do Governador João Raimundo Colombo e de V.Exa., que transformou Santa Catarina num Estado que está com as contas mais equilibradas do Brasil, e isso nos orgulha muito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Secretário Gavazzoni.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC) – Muito obrigado pelas referências.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputado Antônio Aguiar, no outro bloco falarão o Deputado Gabriel e V.Exa.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC) – Qualquer elogio nunca poderá ser dirigido a uma figura em específico, mas sim a um grupo do qual V.Exas., todas, de forma firme, participam, a sociedade participa. O Estado catarinense tem uma média intelectual, sobretudo de crítica mais elevada do que qualquer Estado do Brasil, e tudo o que se faz nos governos municipais ou estaduais devem refletir essa média da nossa sociedade.

Com relação às perguntas, basicamente as do Deputado José Milton e do Deputado Minotto, lá atrás nós já fizemos, há bastante tempo, um programa de eficiência operacional em Santa Catarina e o desenho das nossas estruturas já está pronto há algum tempo. Ao longo do tempo nós viemos atacando vários desses grandes problemas, sempre pela preferência do tamanho.

Então V.Exas. são testemunhas de que os maiores problemas - folha, previdência e dívida -, esses três problemas foram atacados com legislações aqui desta Casa. Isso faz mais sentido do que extinguir um órgão que eventualmente seja desnecessário. Mexer na folha, mexer na Previdência como mexemos, e discutir a dívida corresponde basicamente a 85% de tudo o que a gente estava discutindo no Estado, das receitas que restam para Santa Catarina depois que a gente tira fora os Municípios e os Poderes. Então a gente já atacou essas áreas.



Fizemos um plano de eficiência operacional na administração indireta toda, que é onde V.Exas. centraram um pouco mais a discussão. Nesse plano de eficiência operacional, enxugamos estruturas que serão extintas - e posso detalhar isso a V.Exas. outra hora.

Encontramos necessidades de ampliações de atividades finalísticas em outras estruturas, sobretudo aquelas da agricultura, e estamos fazendo isso. Ano passado fechou com o novo plano de cargos e salários daquelas estruturas, o que deu um melhor dimensionamento, um dimensionamento mais compatível com a iniciativa privada, que eram áreas que competiam de forma desigual com a nossa estrutura.

Vimos valorizando, viemos redefinindo a forma de trabalho e de dimensão de tamanho dessas empresas, focando naquilo que é essencial. Então isso tem melhorado o desempenho, tem melhorado bastante. Tem algumas outras coisas a serem feitas, o Deputado Minotto citou algumas empresas. O Estado, dentro desse plano de eficiência operacional, tem uma estratégia para cada uma delas. Na medida em que a gente encerra a discussão da dívida, que vai tomar toda uma energia do governo para os próximos trinta, sessenta dias ainda.

Na sequência, o próximo passo muito provavelmente será aportar nesta Casa, ainda neste ano, ainda neste primeiro semestre, uma legislação reestruturante de alguns órgãos do Estado, os quais me permito não citá-los aqui para não causar uma polvorosa desnecessária, mas todos tem a exata noção do que é necessário ainda ser mantido na estrutura do Estado e aquilo que não. Tem algumas estruturas que deixaram de fazer sentido.

O Deputado Minotto me fez mais uma pergunta, a respeito dos créditos que a Secretaria da Fazenda administra. Dos créditos que a Secretaria da Fazenda administra hoje, a carteira é de R\$ 700 milhões; desses R\$ 700 milhões, nós temos um nível de adimplemento de 93% agora, no auge da crise. Ele já foi de 96%, e é disparado o melhor sistema. É o melhor sistema, disparado.

Nós temos, Deputado Minotto, seiscentos analistas, olhem o número, que diariamente monitoram o contribuinte catarinense e, sobretudo, esta carteira. Se atrasou, ele recebe uma ligação. Se a data de pagamento é hoje, amanhã já estará alguém na linha conversando: “Oh, o senhor não pagou o seu tributo. O que houve? Vem aqui conversar.”

Isso para que o monitoramento se faça sentir na vida das empresas e é por essa razão que a gente mantém o adimplemento alto. Quando o cara vê que está sendo monitorado ele diz: “Opa, não deu para atrasar essa conta, vou atrasar a outra.”, e paga ao Estado.

A dívida ativa do Estado, aí é um outro departamento, ela é muito antiga. Ela sofre a Selic simples na sua atualização, tem dívidas ali que eu acho que tem de ser baixadas, apesar de que por legislação isso não pode ser feito, tem que continuar na Justiça. Aí a carteira, eu não vou me lembrar agora, mas ela passa de R\$ 2 bilhões - acho que atualizada passa disso, mas de cabeça eu não tenho aqui o valor - e é administrada pela PGE, já na Justiça.

Seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Passo a palavra ao Deputado Antonio Aguiar.

[Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos][Taquígrafa-Leiturista: Jacqueline de O V Bitencourt]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL ANTONIO AGUIAR – Senhor Presidente, Secretário Gavazzoni e demais Deputados, este é um momento, sem dúvida nenhuma, de grande importância para o Estado de Santa Catarina, importância financeira, pois



Santa Catarina teve o seu expoente nacional, através do Secretário Gavazzoni, teve um grande desempenho em nível de Brasil.

Gostaria de parabenizá-lo pela brilhante explanação, Secretário, e torcer para que V.Exa. continue usando a inteligência para a construção de dias melhores para o encaminhamento do setor financeiro do Estado de Santa Catarina.

Gostaria ainda de citar Darci de Matos, com suas colocações, e dizer, senhor Presidente, que foi uma manhã proveitosa para Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Muito obrigado, Deputado Antonio Aguiar.

Por último, com a palavra o Deputado Gabriel Ribeiro, também por um tempo de até três minutos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL GABRIEL RIBEIRO – Senhor Presidente e demais Deputados da Comissão de Finanças e Tributação, quero aqui saudar de maneira especial o nosso Secretário da Fazenda Antônio Gavazzoni e parabenizá-lo pelas brilhantes colocações feitas nesta manhã aqui na Assembleia, que demonstram o total controle de V.Exa., Secretário, à frente de uma Pasta tão importante do nosso Estado.

Não à toa Santa Catarina hoje é vanguarda no Brasil em diversas matérias na área financeira e que vêm levando nosso Estado na condição de um Estado que pratica a gestão pública que nosso país tanto precisa. Nós verificamos hoje o quanto é eficiente Santa Catarina no aspecto de arrecadação e de controle do gasto público. Nós estamos à frente dos demais Estados da Nação. É por isso que hoje somos reconhecidos Brasil afora como um Estado modelo e é por isso que os catarinenses hoje podem ter a segurança e a certeza que estão sendo bem administrados.

Mais uma vez, agora com a ação protocolada, um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal, nós estamos demonstrando para todo o País como se trata a máquina pública: nós estamos questionando recursos que eram direcionados para pagamento de juro para que eles sejam investidos em saúde, educação, segurança pública, ou seja, para o bem do povo catarinense. Não se trata de uma medida populista, trata-se de uma medida jurídica, financeira e que busca a eficiência dos gastos públicos, simplesmente isso.

Como disse o Deputado Darci de Matos, a União é o primo rico, fanfarrão e corrupto. Nós estamos demonstrando para o Brasil como se faz política, demonstrando com esse novo modelo que está se criando e que se pede, como se gasta e como se vai administrar o País nesse novo momento. É um momento de muita reflexão nacional, de muito debate, mas que nós, em Santa Catarina, Presidente Marcos Vieira, não nos acovardamos, não nos recolhemos.

Até há poucos dias eu vi uma história que vou me permitir aqui contar, Secretário Gavazzoni: em 2004, quando deu um *tsunami* lá na Malásia, aquela onda gigante que acabou ceifando várias vidas, quando ela se formou em alto mar souu sirenes ao longo de toda a costa para alertar as pessoas que estava vindo uma onda gigante. Noventa e nove por cento das pessoas se recolheram dentro das suas casas para se proteger. Só que um cidadão foi para o porto pegar seu barco e foi para o mar, porque ele sabia que lá no mar aquela onda gigante que estava chegando seria uma grande marola e ele poderia ultrapassá-la e sobreviver. E foi o que aconteceu. Ele foi para o mar, sobreviveu a essa onda gigante e as pessoas que ficaram dentro das suas casas quase todas morreram, foram 220 mil mortes naquele evento.

Nós, hoje, estamos vivendo um *tsunami* em nosso país, e se nós nos recolhemos nós vamos morrer; se nós enfrentarmos a crise, nós vamos sobreviver.



Parabéns, Secretário Gavazzoni, por V.Exa., junto com o nosso Governador Raimundo Colombo, enfrentar esse grande *tsunami* nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Devolvo a palavra ao Secretário Antônio Marcos Gavazzoni, já para também fazer as suas considerações finais.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI (SC) – Eu só quero agradecer a cada um dos senhores Deputados pelas suas intervenções, todas elas importantes, e espero, junto com a nossa equipe, com a Graziela e toda a equipe da Contabilidade do Estado, poder ter esclarecido todas as questões.

Mas termino me permitindo dizer algo bastante importante que deixei de dizer a respeito dessa questão da dívida. Eu queria aqui registrar que a União, o Governo Federal, quando empresta dinheiro via BNDES, capitalizado com recursos do brasileiro, o faz em juros muito mais subsidiados e mais baratos do que aquilo que exige hoje dos Estados.

Ainda dentro desse assunto, queria também dizer que é importante a aprovação daquele projeto de lei que tramita agora na Assembleia sobre a dívida, porque qual é a nossa estratégia para as próximas semanas? Reunir os Governadores, formular uma proposta de acordo e conversar com a União. Em que pese tenhamos tido uma vitória fantástica no Supremo, e isso não demonstra nenhum receio com relação à tese, mas sempre tentando, como fizemos na vez passada, construir pontes com a União.

É importante que a gente tente novamente formular um grande acordo entre Estados brasileiros e União. Nós vamos perseguir isso nos próximos dias, nas próximas semanas, obviamente que as condições que não forem eventualmente aceitas pela União vão inviabilizar o acordo, mas os Estados brasileiros devem conversar com a União, porque sempre um acordo será melhor que qualquer decisão final da Justiça. Nós estamos convencidíssimos da vitória, aliás, hoje, o Valor Econômico traz uma matéria importante a ser lida por V.Exas., com três grandes tributaristas nacionais, os quais dizem que a tese pegou, a tese está certa e ela deverá ser confirmada pelo Supremo.

Agora, se houver possibilidade de negociação, de avanços qualitativos, de avanços que signifiquem um acordo muito próximo do resultado da ação, eu acho que valeria a pena a gente perseguir isso para demonstrar a nossa absoluta maturidade com relação ao ambiente da Federação e a responsabilidade do Estado como também contribuinte do desenvolvimento do País. Se isso não for possível, é obvio que a decisão final será sempre do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, agradecemos a presença do senhor Secretário de Estado da Fazenda, doutor Antônio Marcos Gavazzoni, bem como da Graziela, que é diretora de Contabilidade e de toda a sua equipe pela apresentação feita no dia de hoje aqui na Assembleia Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada esta audiência pública. *(Ata sem revisão dos oradores)* [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira] [Jacqueline de O V Bitencourt]

**DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

